



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 638/17

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

Processo nº - 0002490/16

Relator Especial: Deputado BRUNO TOLEDO

O Excelentíssimo Governador do Estado encaminhou a Assembleia Legislativa Estadual, por meio da Mensagem nº 57/2016, o Projeto de Lei Ordinária, assinalado com o nº 320, de 2016, que “Acrescenta o § 4º ao art. 7º da Lei Estadual nº 5.346, de 26 de maio de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Alagoas, e dá outras providências”, a proposição sofreu emenda quando da discussão e votação da Redação Final, o que faz retornar o projeto a esta Comissão para análise e parecer sobre a emenda.

A emenda modificativa inicia-se, conforme sua ementa, com o objetivo de: “Acrescenta o § 4º ao art. 7º da Lei Estadual nº 5.346, de 26 de maio de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Alagoas, e dá outras providências”, portanto, a sua característica não é de modificar, sim acrescentar dispositivos.

A referida emenda traz como “raiz do problema legislativo” encontrar solução para o atual estágio do processo legislativo da matéria, entendendo que a modificação/acréscimo faz retornar o texto original encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

O art. 1º traduz adequadamente isto, o quadro comparativo indica a afirmação:

Redação Original - Mensagem nº 57/2016	Redação Final - Art. 2º (Dep. Bruno Toledo)	Emenda Modificativa nº 01 - (Dep. Jó Pereira)
Art. 1º O art. 7º da Lei Estadual nº 5.346, de 1992, passa a vigorar acrescido do § 4º, com a seguinte Redação:	Art. 2º Ficam acrescentados os seguintes dispositivos à Lei Estadual nº 5.346, de 1992, com a seguinte redação:	Art. 1º O art. 7º da Lei Estadual nº 5.346, de 1992, passa a vigorar acrescido do § 4º, com a seguinte Redação:
“Art. 7º. ...  § ..... 1º .....	I - o § 4º ao art. 7º:  “Art. 7º. ...	“Art. 7º. ...  § ..... 1º .....



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

	§	1º	
§ 4º Para os efeitos de aferição dos limites de idade constantes no § 1º deste artigo, serão consideradas as seguintes datas:	§ 4º Para os efeitos de aferição dos limites de idade constantes no § 1º deste artigo, serão consideradas as seguintes datas:	§ 4º Para os efeitos de aferição dos limites de idade constantes no § 1º deste artigo, serão consideradas as seguintes datas:	
I – idade mínima, na data da matrícula no curso de formação para o cargo ao qual se inscreveu no concurso público; e	I – idade mínima, na data da matrícula no curso de formação para o cargo ao qual se inscreveu no concurso público; e	I – idade mínima, na data da matrícula no curso de formação para o cargo ao qual se inscreveu no concurso público; e	
II – idade máxima, na data de inscrição no concurso público.”	II – idade máxima, na data de inscrição no concurso público.”	II – idade máxima, na data de inscrição no concurso público.”	

Os textos são iguais para aqueles dispositivos. A emenda modificativa apresentada pela eminente Deputada Jó Pereira em Redação Final não se enquadra no contido do art. 219 do Regimento Interno – RI/ALE, verbis:

“Art. 219. Somente caberão emendas à Redação Final, para evitar **incorreção de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.**”

A proposição em comento não é salutar, haja vista que não acrescentou absolutamente nada a redação final, ademais, encontra óbice, também, no art. 174, V, do RI/ALE:

“Art. 174. Considera-se prejudicada:

.....

**V - a emenda ou subemenda da matéria idêntica a outra já aprovada ou rejeitada;**

.....”




## **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS**

Por essas razões, esta relatoria especial opina pela PREJUDICIDADE da votação da emenda proposta, por vislumbrar vício de ordem regimental que impede sua normal tramitação.

É o Parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES, em  
Maceió, 31 de agosto de 2017.

  
**Dep. BRUNO TOLEDO**  
**Relator Especial**